

# **Licenciatura em Educomunicação navegando por novos horizontes: relato de experiência extramuros com cidadania digital**

Andressa Caprecci

Tatiana Garcia Luz de Carvalho

Vitor Blotta

## **Introdução**

O presente artigo propõe relatar uma experiência de estágio de regência realizada na disciplina de Procedimentos de Pesquisa em Educomunicação na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. O objetivo é destacar a importância da experiência extramuros para a formação profissional e diminuição da barreira existente entre universidade e sociedade; conta-se sobre a parceria firmada entre as estagiárias e a instituição onde o estágio se realizou - o Núcleo de Estudos de Violência da USP - e, sobre o projeto aplicado; e por fim, discute-se sobre a importância de trabalhar a temática da cidadania digital com jovens - assunto abordado no projeto.

## **Experiências extramuros como pontes entre teoria e prática da educomunicação**

Os estudos da interface da comunicação e educação se consolidaram institucionalmente na década de 90, na Universidade de São Paulo, com a identificação, reunião e estudo de projetos de comunicação e educação popular que já aconteciam na América Latina. Em 2011, com o início da Licenciatura em Educomunicação, começa um novo desafio: construir o perfil da nova profissional formada pela universidade.

Segundo Soares, o campo da educomunicação se consolida por sua característica “processual, midiática, transdisciplinar e interdiscursiva” (2000, p.25). Este é composto, até então, por sete áreas de intervenção, as quais proclamam-se importantes, pois “(...) asseguram a especificidade e diversidade do novo campo frente a outras abordagens que buscam aproximar comunicação e educação” (SOARES, 2017, p.14). Elas são: educação para a comunicação; mediação tecnológica na educação; gestão da comunicação em espaços educativos; expressão comunicativa por meio das artes; reflexão epistemológica sobre a inter relação comunicação/educação; pedagogia da comunicação; produção midiática educativa. Existem àqueles que buscam a consolidação de novas áreas, como a educomunicação socioambiental, mas tal questão ainda está em disputa no campo.

A identidade profissional da licenciada é delineada pela união entre a responsabilidade social e as demandas acadêmicas. Tal identidade valoriza preceitos morais e profissionais, o que incentiva as educadoras a estabelecerem uma responsabilidade ética em momento de intervenção em questões da sociedade.

Durante a formação da profissional na Licenciatura em Educomunicação, há nas disciplinas o estabelecimento do diálogo entre a prática e a teoria, buscando a intervenção em ambientes dentro e fora da universidade. A preocupação com isso se dá desde o primeiro ano da licenciatura, em que são ofertadas as “imersões” que são espaços optativos de observação de projetos educativos dentro e fora da USP.

A Licenciatura em Educomunicação se propõe a desmistificar a relação entre a prática e a teoria e preocupa-se em proporcionar a vivência do estágio como

uma nova práxis, um ambiente de leituras teóricas que se completam com as vivências e leituras do mundo e das experiências.

Conclui que o estágio, nessa perspectiva, ao contrário do que se propugnava, não é atividade prática, mas atividade teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como a atividade de transformação da realidade. Nesse sentido, o estágio atividade curricular é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, este sim objeto da práxis. (PIMENTA e LIMA, 2015, p.14)

As disciplinas de estágio que existem na Licenciatura em Educomunicação preocupam-se em discutir sobre os estágios de intervenção<sup>1</sup> com a preocupação de desmistificar a relação longínqua entre prática e teoria. Isso acontece em discussões, bibliografia e orientação do estágio. São quatrocentas as horas que as estudantes de licenciatura devem cumprir em estágios obrigatórios não remunerados. Estágios estes que se dividem entre observação e regência. No caso da Licenciatura em Educomunicação parte desse requisito das licenciandas é cumprido na Faculdade de Educação e parte na própria ECA.

Segundo o Plano Nacional de Extensão Universitária a intervenção social se caracteriza por seu aspecto dialógico que articula comunidade e universidade e permite uma troca de saberes populares com conhecimentos acadêmicos, que em confronto, buscam estabelecer uma nova práxis do conhecimento acadêmico que se consolida na democratização dos saberes. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001)

Esse espaço auxiliará na superação das muralhas simbólicas da universidade que enclausuram os saberes acadêmicos e enfatizam o lugar de privilégio que a universidade representa na sociedade. “Sair da universidade” auxilia a quebra de algumas barreiras e busca possibilitar que ela não se torne um espaço de

---

1 O projeto foi realizado na disciplina de Procedimentos de pesquisa em educomunicação. Atualmente a Licenciatura reorganizou a grade curricular e o estágio é cumprido na disciplina de Gestão da Comunicação no Âmbito dos Espaços Educativos.

afirmação das desigualdades sociais, mas sim um espaço de discussão e combate às mesmas. (PLANO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2000/2001)

O incentivo à atividades extramuros se dá pela importância de vivenciar a realidade social que a educadora encontrará no campo profissional, capacitando-a a enfrentar os desafios reais da educadora.

As atividades extramuros abrem à convivência e à interação das universidades com as comunidades, e familiarizam e capacitam os estudantes a trabalhar na realidade que enfrentarão no mercado de trabalho. (MENDES et al., 2006, p. 65)

Esses projetos devem ser baseados na necessidade do ambiente de intervenção. Segundo Pimenta e Lima (2012), partindo do pressuposto de que a realidade é mutável estabelece-se a importância do diagnóstico constante das necessidades do grupo de intervenção, estabelecendo um diálogo com educadores, educandos e o contexto social em que o projeto se dá.

Portanto, Paulo Freire traz a perspectiva de que “Ensinar ensina o ensinante a ensinar” (p. 28). Ou seja, a oportunidade dada nos estágios de regência para se lecionar propicia que as licenciandas avaliem criticamente as próprias práticas e pensem em como aperfeiçoá-las. Claro, um estágio apenas por ele mesmo não permite tamanha reflexão, mas quando este é realizado em uma instituição parceira e é acompanhado em sala de aula as chances desse salto de conhecimento são grandes.

## **A Parceria**

O professor da disciplina de Procedimentos de Pesquisa em Educomunicação, Claudemir Viana, apresentou na aula uma lista de instituições com as quais a Licenciatura em Educomunicação havia firmado parceria para a realização do estágio e dentre elas constava o Núcleo de Estudos da Violência da USP (NEV). O NEV surgiu em 1987 a partir da demanda de realizar um “trabalho de pesquisa sistemático para reunir e analisar informações sobre temas relacionados à violência e direitos humanos, com objetivo de qualificar e dar mais densida-

de aos debates sobre estes temas<sup>2</sup>". Hoje a instituição se configura como um Núcleo de Apoio à Pesquisa (NAP) da Pró Reitoria de Pesquisa da Universidade de São Paulo (PRP-USP) e como um Centro de Pesquisa, Inovação e Difusão (CEPID) da FAPESP. No âmbito do CEPID o NEV conta com o Projeto *Observatório de Direitos Humanos nas Escolas (PODHE)*. Este projeto está realizando atividades piloto em duas escolas da rede pública: EMEF Bernardo O'Higgins, na Vila Alexandria, e a EE Amélia Kerr Nogueira, no Jd. Horizonte Azul, com o objetivo de:

(...) desenvolver atividades de sensibilização e formação para o conhecimento e o monitoramento de direitos humanos em contextos escolares e outros espaços de vivência de educandos, para promover a valorização dos aspectos positivos de seu cotidiano e fomentar a construção coletiva de estratégias de superação de problemas identificados<sup>3</sup>.

A proposta de estágio para a disciplina era no âmbito do PODHE, para atuação na escola Amélia Kerr Nogueira, juntamente à duas turmas de sétimo ano, com 30 a 40 alunos por turma.

Após se encantarem com a possibilidade de atuar juntamente ao NEV em um projeto de grande valor social, as discentes entraram em contato com a instituição via e-mail e agendaram a primeira reunião. As futuras educadoras tinham em mente a noção de "estágio por projetos" trazida por Selma Pimenta e Maria Socorro Lima.

A ideia de projeto está ligada a dois componentes essenciais: a questão educativa e o trabalho conjunto. Realizar os estágios nessa perspectiva supõe, pois, o compromisso de realizar projetos significativos para uma escola de melhor qualidade, voltada à inclusão social e em constante diálogo entre os participantes (2012. p. 220).

---

2 Informação retirada de: <http://nevusp.org/historico/>. Acesso: 19 de maio de 2018.

3 Informação retirada de: <http://nevusp.org/blog/2017/04/24/conheca-o-projeto-observatorio-de-direitos-humanos-em-escolas-podhe-iniciado-esse-ano-por-nossos-pesquisadores/>. Acesso: 19 de maio de 2018.

Nesta reunião, a equipe do NEV apresentou o *Projeto Observatório de Direitos Humanos nas Escolas* e perguntou as áreas de atuação das estagiárias. A partir desse mote de conversa encontrou-se uma convergência de interesses: cidadania digital.

Segundo os pesquisadores do PODHE, houve, em 2017, o vazamento de fotos íntimas de uma menina que participava do projeto na escola e, segundo a equipe, essa questão não foi tratada apropriadamente pela escola e ela foi tachada como culpada pelo ocorrido. Decidiu-se, desse modo, que seria importante conversar com os sétimos anos sobre esta temática. Foi acordado por todos que na próxima reunião, dentro de duas semanas, as estagiárias levariam uma proposta de sequência didática para discussão coletiva. A supervisão do estágio foi feita por Vitor Blotta, e o trabalho foi feito em equipe com Caren Ruotti, Clarice Lopes, Leandro Rodrigues e Gabriela Sawaya.

## O Projeto

Além de ter sido adotada a noção de “estágio em forma de projeto”, a partir de Lima e Pimenta, ancorou-se tal trabalho na pedagogia de projetos voltada à educomunicação. Buscou-se criar um ecossistema educ comunicativo tanto no âmbito da gestão, como no das aulas em si.

A construção desse novo “ecossistema” requer, portanto, uma racionalidade estruturante: exige clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e avaliação. No caso, demanda, sobretudo, uma pedagogia específica para a sua própria disseminação: uma pedagogia de projetos voltada para a dialogicidade educ comunicativa (...) (SOARES, 2011, p. 37).

Embora a licenciatura busque instituições parceiras que estejam de alguma maneira alinhadas à educomunicação, o NEV não se auto-intitula educ comunicativo ou mesmo baseia suas práticas nesse paradigma. Dessa forma, foi um desafio alinhar os preceitos adotados por esta instituição com àqueles levados pelas estudantes. Soares afirma que “A educomunicação - enquanto teia de relações (ecossistema) inclusivas, democráticas, midiáticas e criativas - não emergem es-

pontaneamente num dado ambiente. Precisa ser construída intencionalmente” (2011, p. 37), portanto empenhou-se esforço na construção dessas relações.

O projeto escrito pelas estagiárias, partiu da demanda real apresentada pela instituição. Assim, foi escrita uma sequência didática, cujo objetivo era que os educandos pudessem entender melhor os riscos de violação dos direitos humanos na internet e as oportunidades que esse ambiente oferece de prática da cidadania. Mais especificamente, pretendeu-se: incentivar a desmistificação da relação entre mundo real e mundo virtual; apresentar os riscos encontrados nas redes e os possíveis danos deles decorrentes, com foco em *cyberbullying*, prática de *nude* e exposição excessiva na internet; mostrar oportunidades de prática cidadã que a internet oferece; fomentar a discussão na escola sobre cidadania digital, visando melhorar a relação entre os alunos no ambiente escolar e no virtual.

A proposta foi lida na segunda reunião que aconteceu no NEV e apontamentos foram feitos pela equipe do PODHE. Em um terceiro, as autoras apresentaram novamente o projeto reelaborado a partir das considerações da equipe e, as aulas foram agendadas.

A oficina dividiu-se em três dias, realizando-se semanalmente. Cada encontro com cada 7º ano (A e B) tinha duração de duas aulas, 1 hora e 40 minutos. Os encontros foram ministrados pelas estagiárias, tendo sido a equipe do NEV colaboradora no processo de regência. A liberdade dada pela supervisão do estágio para as educadoras conduzirem os encontros foi peça chave para o aprendizado.

Somente acreditando que as pessoas, juntas, têm a capacidade de transformar a realidade é que o projeto pode deixar de ser um instrumento burocrático para ser um instrumento de ensino e aprendizagem tanto do aluno como do professor. À medida que as pessoas se sentem coautoras e não apenas executoras, estão assumindo melhor o projeto e suas consequências (PIMENTA & LIMA. p. 220 e 221).

Os encontros estruturaram-se em um primeiro (1) momento de acolhimento, seguido da (2) sensibilização e da (3) atividade prática-reflexiva e, se encerravam com a (4) roda de fechamento.

A título de exemplo, uma das atividades de (1)acolhimento consistiu na escrita em papéis anônimos, por parte dos alunos, de algo que já sofreram na internet ou de alguma atitude negativa que praticaram. Algumas das respostas recebidas foram:

Imagem 1: compilação de algumas respostas da atividade de acolhimento

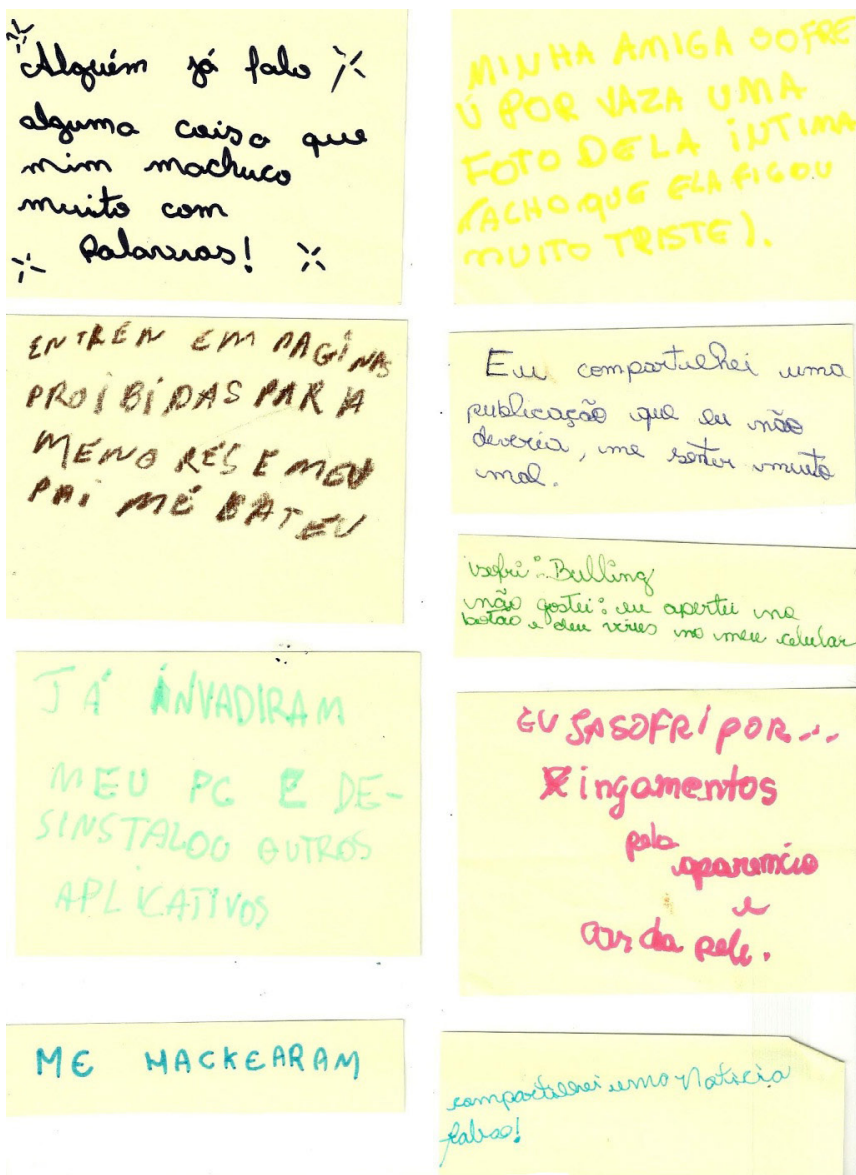


Imagem montada por Andressa e Tatiana (2018)



Como (2)sensibilização, o recurso adotado nos três encontros foi o vídeo<sup>4</sup>, um deles, chamado “Palavras que machucam<sup>5</sup>”, trata sobre como as palavras ditas sobre o outro podem ter influência na vida dessa pessoa. Logo após a exibição teve início o momento de (3)reflexão e a atividade prática. Um exemplo foi a atividade que se seguiu desta sensibilização citada, em roda foi feita a discussão com a sala toda sobre a existência ou não da diferença entre agredir alguém online e off-line. Palavras machucam? Qual a proporção delas na internet? Em seguida os alunos foram convidados a pensar sobre as palavras destinadas a uma pessoa pública real, Titi Gagliasso, filha de um casal de atores, que sofreu racismo na internet.

Os desafios do curso buscaram ser abordáveis,

(...) não tanto no sentido de que possa resolvê-los ou solucioná-los sozinho, mas de que possa enfrentá-los graças à combinação entre suas próprias possibilidades e os apoios e instrumentos recebidos do professor (ONRIBIA. p. 125, 126).

Um exemplo disso foi uma atividade realizada no segundo dia, a partir da qual os alunos e alunas eram instigados a pensarem em direitos e responsabilidades atrelados ao uso da internet por adolescentes. A dificuldade dos alunos de realizar a proposta individualmente foi grande, mas quando auxiliados pelas colegas e pelas professoras era possível avançar.

Os encontros tiveram como produto final vídeos feitos pelos alunos sobre o conteúdo trabalhado a partir do enfoque que cada grupo desejasse. Ao todo foram oito produções. A intenção desses produtos audiovisuais era o compartilhamento da discussão com a comunidade escolar. Uma vez que o PODHE só trabalha com algumas turmas da escola, todos os projetos por eles realizados visa a multiplicação para os outros alunos, professores e entorno da escola. Há,

---

4 É válido colocar que as mediadoras precisaram narrar os vídeos que estavam legendados dada a dificuldade de grande parte dos alunos em ler a legenda rapidamente.

5 Disponível no link: <<https://www.youtube.com/watch?v=qn04Ey161Hs&index=17&list=PL9CC8479B8B9CAFCE>>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

portanto, um compromisso do projeto e dos alunos de compartilharem com os colegas seus aprendizados.

Os vídeos foram gravados com equipamentos do NEV, supervisão de todos os adultos e adultas, mas totalmente pelas mãos dos jovens: eles filmaram, captaram o som, fizeram o roteiro e encenaram. A edição do material teve de ficar apenas sobre responsabilidade das estagiárias, pois não havia tempo hábil e nem infraestrutura para que essa se realizasse com os alunos. Após terem sido editados, os vídeos foram exibidos em um quarto encontro. Momento este em que as estagiárias não estavam presentes visto o cronograma do estágio. Mas, a equipe do PODHE relatou todas as impressões dos alunos em uma reunião de fechamento e avaliação que foi realizada como último momento do processo. Devemos destacar que em questionário aplicado pela equipe do PODHE em agosto de 2018, as atividades sobre cidadania digital foram as mais lembradas pelos jovens, sobretudo em função da oportunidade de produzirem vídeos com sobre os conteúdos trabalhados.

## **Cidadania Digital**

As autoras têm sentido em suas práticas a necessidade de atrelar cada vez mais o trabalho educ comunicativo ao trabalho com cidadania digital. A partir dessa necessidade, algumas dúvidas vêm surgindo. Por exemplo: a educomunicação tem como premissa a garantia da cidadania plena, dessa forma, quais metodologias de trabalho os preceitos educ comunicativos indicam para o desenvolvimento da cidadania digital com crianças e adolescentes?

Com vontade de experimentar e descobrir indicativos de respostas para essa e outras questões, as licenciandas propuseram esta temática ao NEV. Tal desejo acabou indo ao encontro da demanda real da instituição, dado o caso de vazamento de fotos íntimas ocorrido na escola. Dessa forma, munidas dos dados da última *TIC KIDS ONLINE BRASIL - Pesquisa Sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil*, referente à 2016, as educadoras puderam montar o plano de aulas pensando no contexto brasileiro.

A questão que as intrigou ainda não tem respostas, mas cabe aqui algumas reflexões comparativas dos dados da pesquisa do CETIC (Centro Regional de

Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação) com a realidade encontrada a partir do trabalho com jovens de 12 a 15 anos do Jardim Horizonte Azul, na cidade de São Paulo.

Segundo a pesquisa, cerca de oito em cada dez (82%) crianças e adolescentes com idades entre 9 e 17 anos são usuários de Internet, o que correspondia, na época, a 24,3 milhões de usuários no país. Ou seja, embora seja grande o número de brasileiros desconectados por falta de acesso, é expressiva a quantidade de crianças e jovens que são usuárias de internet no país. As questões que se colocam são: qual é a qualidade desse uso? As crianças e adolescentes estão protegidas no ambiente virtual? Os casos relatados pelos jovens da escola Amélia Kerr na atividade de acolhimento, quando foram questionados sobre o que já sofreram na internet, não são casos isolados.

De acordo com a pesquisa, 41% dos usuários de Internet de 9 a 17 anos declararam ter visto alguém ser discriminado na rede. Entre os principais motivos identificados para a discriminação estão: cor ou raça (24%), aparência física (16%) e o relacionamento entre pessoas do mesmo sexo (13%) (2017, p.97)

De acordo com o CETIC.br, “cerca de um quarto das crianças e adolescentes usuários de Internet (23%) foi tratado de forma ofensiva on-line nos 12 meses anteriores à pesquisa, ou seja, tratado de uma maneira que não gostou, que o ofendeu ou chateou”(p. 119), tal número aumentou em relação à 2015 (que era 20%) e 2014 (15%). É interessante notar que esses jovens além de serem tratados de maneira que os desagrada, replicam essa atitude com outras pessoas: “(...) cerca de 16% dos usuários de 9 a 17 anos relatam que agiram dessa forma no período de referência” (p. 119). Ou seja, eles não apenas são vítimas, como são os próprios agressores. Tal dado também foi confirmado pelos jovens do 7º ano da Amélia Kerr quando confessaram praticar agressões online, detalhando casos.

Tendo o contexto brasileiro em mente, as estagiárias procuraram aplicar atividades que buscassem empatizar os adolescentes com àqueles que são vítimas de cyberbullying ou discurso de ódio na internet. Em 2016, 41% dos usuários

com 9 a 17 anos declararam ter presenciado alguém sendo discriminado na rede – o equivalente a dez milhões de crianças e adolescentes no país. O testemunho de situações discriminatórias foi mais frequentemente citado por meninas (45%) do que por meninos (37%) (p. 120).

Os dados da pesquisa do CETIC aliados à realidade encontrada na escola onde foi feito o estágio evidenciam a urgência de se tratar sobre esses assuntos com crianças e adolescentes. A responsabilidade de ajudar as crianças a fazerem boas escolhas online, conhecendo seus riscos e oportunidades não deve ficar relegada à família, mas sim abraçada pela sociedade como um todo, inclusive pelas escolas. Quem levanta esta bandeira e foi fonte para o trabalho realizado é a SaferNet Brasil, que é “uma associação civil de direito privado, com atuação nacional, sem fins lucrativos ou econômicos, sem vinculação político partidária, religiosa ou racial. Fundada em (...) 2005, com foco na promoção e defesa dos Direitos Humanos na Internet no Brasil<sup>6</sup>”.

Os vídeos utilizados nas aulas foram retirados do canal no *Youtube* da SaferNet e foi feita a indicação aos alunos do site desta organização, o *helpline.org.br* ou *canaldeajuda.org.br* (ambos endereços levam ao mesmo lugar). Site este que apresenta-se como:

Somos um canal gratuito que oferece orientação de forma pontual e informativa para esclarecer dúvidas, ensinar formas seguras de uso da Internet e também orientar crianças e adolescentes e/ou seus próximos que vivenciaram situações de violência on-line como humilhações, intimidações, chantagem, tentativa de violência sexual ou exposição forçada em fotos ou filmes sensuais<sup>7</sup>.

Dessa forma, o solicitante é atendido por um psicólogo com anonimato. A indicação deste site reverberou positivamente para os adolescentes do Amélia Kerr, pois em seus vídeos autorais todos falaram do Canal de Ajuda.

---

6 Informação retirada do site da SaferNet. Disponível em: <<https://new.safernet.org.br/content/institucional>>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

7 Informação retirada do site Canal de Ajuda. Disponível em: <<https://canaldeajuda.org.br/helpline/>>. Acesso em 13 de outubro de 2018.

O Nic.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR) em parceria com a SaferNet possui Guias de Referências os quais foram usados pelas educadoras para o planejamento das aulas. Um deles é o “Divirta-se e aprenda a usar a internet de forma segura<sup>8</sup>”.

Dessa forma construiu-se as atividades educativas baseadas em uma referência bibliográfica consistente, com uma pesquisa aprofundada tanto em relação aos assuntos trabalhando quanto pela necessidade de trabalhar a cidadania digital nas escolas.

### **Considerações Finais**

As educadoras licenciadas pela Universidade de São Paulo vêm tendo seus perfis influenciados tanto pelas práticas acadêmicas quanto pelas vivências de estágios e extensão universitária.

Os estágios auxiliam as estudantes a vivenciarem uma troca de experiência com a sociedade, atendendo às demandas da comunidade, e ambas nutrindo-se de experiências e reflexões. Dessa forma o estágio ofertado pela disciplina de Procedimentos de Pesquisa em Educomunicação, onde encontrou-se a parceria com o NEV, propiciou uma vivência real de um processo educativo construído através de um ecossistema educacional, em todos os âmbitos do projeto, da gestão à aplicação.

Tais possibilidades que a Licenciatura em Educomunicação oferecem podem ajudar na formação da cultura universitária extramuros, uma vez que a universidade deve estar a serviço da sociedade, buscando reverter seus estudos em práticas favoráveis para a população (BONA e FERREIRA, p. 3). A realização do projeto dentro de uma escola pública distante da universidade expandiu os conhecimentos adquiridos nas aulas e enriqueceu as vivências universitárias.

Levando em consideração as demandas solicitadas, a partir das reuniões com a equipe gestora do projeto, encontrou-se uma necessidade real de intervenção.

---

8 Material disponível online em: <<https://www.nic.br/media/docs/publicacoes/13/guia-internet-segura.pdf>>.

Tratar sobre assuntos tão inerentes a realidade dos jovens, porém ignorados pela instituição escolar foi de grande valia para educandos e educadoras. Os alunos mostraram-se pouco preparados para a realização de boas escolhas on-line, o que evidencia a necessidade da expansão da prática educacional nas escolas para tratar dessa temática. Também foi importante a oportunidade de colaborar na legitimação da educomunicação por meio da parceria com o NEV expandindo as relações institucionais da Licenciatura em Educomunicação.

## Referências

BONA, C.E.C.D; FERREIRA, S.C.F. **Política de Formação de profissionais**: O estágio extramuros. Paraná. Disponível em: <<http://www.afirse.com/archives/cd3/tematica3/016.pdf>> Acesso em 17 de outubro de 2018.

CARDOSO, E. A; OLIVEIRA, O. V; ALENCAR, R. P. **Narrativas formativas no estágio supervisionado em espaços escolares não escolares de acadêmicos do curso de pedagogia da UNEMAT**. VII Congresso Internacional de Pesquisa (Auto)Biográfica UFMT. Cuiabá. 2016. Disponível em: <[http://viicipa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/C2T\\_NARRATIVAS-FORMATIVAS-NO-ESTA%CC%81GIO-SUPERVISIONADO-EM-ESPAC%CC%A7OS-NA%CC%83O-ESCOLARES-DE-ACADE%CC%82MICOS-DO-CURSO-DE-PEDAGOGIA-DA-UNEMAT.pdf](http://viicipa.com.br/wordpress/wp-content/uploads/2016/08/C2T_NARRATIVAS-FORMATIVAS-NO-ESTA%CC%81GIO-SUPERVISIONADO-EM-ESPAC%CC%A7OS-NA%CC%83O-ESCOLARES-DE-ACADE%CC%82MICOS-DO-CURSO-DE-PEDAGOGIA-DA-UNEMAT.pdf)>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

FREIRE, Paulo. **Cartas a quem ousa ensinar**. In: Professora sim, tia não. São Paulo: Editora Paz e terra, 2015.

Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. **Plano Nacional de Extensão Universitária** - Edição Atualizada. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu / MEC, Brasília. 2000 / 2001.

MENDES, R. F. et al. Contribuição do estágio supervisionado da UFPI para formação humanística, social e integrada. **Revista da ABENO**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 61-5, 2006. Disponível em: [http://www.abeno.org.br/aadm/adm/revista/arquivos\\_pdf/2006/Abeno%206-1.pdf#page=62](http://www.abeno.org.br/aadm/adm/revista/arquivos_pdf/2006/Abeno%206-1.pdf#page=62)>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

ONRUBIA, Javier. **Ensinar: criar zonas de desenvolvimento proximal e nelas intervir**. In: COLL, Cesar et all. O construtivismo na sala de aula. São Paulo: Editora Ática, 2003.

PIMENTA, Selma G. e LIMA, Maria S. **Estágio e Docência**. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/viewFile/10542/7012>>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

PIMENTA, Selma Garrido e LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2012.

SOARES, Ismar de Oliveira. **Educomunicação. O conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo: Paulinas. 2011

SOARES, I.O. **Educomunicação: um campo de mediações**. Comunicação & Educação, São Paulo, n. 19, p. 12-24, set/dez 2000. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36934/39656>>. Acesso em: 09 de setembro de 2018.

SOARES, I.O. **Plano de leitura e pesquisa**. Disponível em; <[https://issuu.com/abpeducom/docs/livro\\_educom\\_-\\_paginas\\_em\\_sequencia](https://issuu.com/abpeducom/docs/livro_educom_-_paginas_em_sequencia)>. Acesso em 20 de setembro de 2018.

TIC KIDS ONLINE BRASIL. **Pesquisa Sobre o Uso da Internet por Crianças e Adolescentes no Brasil** — 2016. Disponível em: <[https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC\\_KIDS\\_ONLINE\\_2016\\_LivroEletronico.pdf](https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_KIDS_ONLINE_2016_LivroEletronico.pdf)>. Acesso em 23 de setembro de 2018.

## Sobre as autoras

**Andressa Caprecci** - Estudante da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo. Tem formação em cursos livres de audiovisual e em utilização prática em sala de aula. Membro do grupo de gestão do projeto Educom.Geração-Cidadã (Dante Alighieri e CEU Casa Blanca) e educadora de aprendizagem criativa do Instituto Catalisador - ONG de educação. Tem experiência como educadora no Ateliê Nossa Casa, projeto de extensão da Universidade de São Paulo; ministrou em parceria com Tatiana Garcia Luz de Carvalho a Oficina Educomunicativa de Rádio no colégio Instituto São José, da Rede Salesianas. E-mail para contato:andressa.caprecci@usp.br

**Tatiana Garcia Luz de Carvalho** - Jornalista formada pela Faculdade Cásper Líbero e graduanda do quinto ano da Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. Tendo atuado na interface educação/comunicação desde 2014, hoje é membro do coletivo Edu com DH (Educomunicação em Direitos Humanos), em parceria com Andressa Caprecci e Janaina Gallo. Atualmente trabalha como assistente de tecnologias educacionais no colégio Oswald de Andrade, unidade Girassol, e como professora da Oficina Repórter Oswald (jornalismo e direitos humanos), na unidade Cerro Corá. Reside na cidade de São Paulo. E-mail para contato: tatianacarvalholuz@gmail.com